



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JAQUELINE ALVES GONÇALVES BESSA

**INTERPRETAÇÕES PASSIVA OU IMPESSOAL DO PRONOME SE ?
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS REVISORES DE TEXTOS**

Brasília
2016

JAQUELINE ALVES GONÇALVES BESSA

**INTERPRETAÇÕES PASSIVA OU IMPESSOAL DO PRONOME SE ?
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS REVISORES DE TEXTOS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edineide dos Santos Silva

Brasília
2016

JAQUELINE ALVES GONÇALVES BESSA

**INTERPRETAÇÕES PASSIVA OU IMPESSOAL DO PRONOME SE ?
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS REVISORES DE TEXTOS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edineide dos Santos Silva

Brasília, 15 de abril de 2016.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Solange Carvalho de Lustosa

Prof. Dr. Nome completo

Prof^a Dr^a Ana Regina Melo Salviano

Prof. Dr. Nome completo

Dedico este trabalho a Deus, que não deixou a chama da motivação se apagar dentro de mim; à minha mãe, ao meu marido e aos meus irmãos por me incentivarem a caminhar rumo aos meus sonhos e nunca desistir, mesmo que às vezes as circunstâncias não sejam favoráveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e consumidor da fé.

A minha mãe por sempre acreditar em mim.

Ao meu marido pelo apoio, carinho e paciência.

A minha família, maiores incentivadores, obrigada por estarem sempre por perto.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Revisão de textos do UniCEUB, pelos ensinamentos de Linguística.

A professora e orientadora Edineide Silva, um anjo em minha vida.

“... o tempo altera todas as coisas;
não existe razão para que a língua
escape a essa lei universal.”

Ferdinand de Saussure

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar que uma das funções do pronome *se* é a de índice de indeterminação do sujeito da oração não somente com verbos intransitivos e transitivos indiretos, mas também com os verbos transitivos diretos, e que essa já pode ser considerada uma das opções para a escrita no português brasileiro. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico sobre a etimologia da palavra *se* bem como sua evolução diacrônica na evolução da língua portuguesa para, assim, entendermos o seu estágio atual. Além disso, foram feitas consultas a algumas gramáticas normativas conceituadas a fim de se estabelecer um contraste entre a NGB e a linguística acerca da funcionalidade do *se* em dados escritos do português. O *corpora* desta pesquisa foi constituído por meio de dados retirados de propagandas publicitárias: cartazes, faixas e placas comerciais. Os resultados da análise sinalizam, por um lado, para os dois usos do *se* na escrita do português; e orientam o trabalho do revisor textual para intervenções críticas e reflexivas acerca da adequação da linguagem nos gêneros textuais.

Palavras-chave: Pronome passivador. Publicidade. Revisão textual. Sujeito indeterminado.

ABSTRACT

This dissertation aims to show that the use of *se* pronoun in a sentence is of index of subject indetermination not only with intransitive verbs and indirect transitive, but with direct transitive verbs too, and that this can already be considered one of the options for writing in the Brazilian Portuguese. For this, we did a bibliographical study about the etymology of the *se* word and your diachronic evolution in the evolution Portuguese language to we understand the current stage. Besides that, we did consultations with some normative grammars in order to we realize a contrast between the grammar and linguistic about the functionality of the *se* in the Portuguese writing. The *corpora* of this dissertation was constituted by data of publicity: posters, banners and business cards. The results of the analysis lead to the two uses of the *se* in the Portuguese writing; and they guide the work of the reviser for critical and reflective interventions about adequacy of language in textual genres.

Key words: Passive pronoun; Publicity; Textual revision; Indefinite subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A LINGUAGEM E A GRAMÁTICA	11
2 O PRONOME SE AO LONGO DO TEMPO	16
2.1 A etimologia	16
2.2 A evolução	17
3 AS FUNÇÕES DO PRONOME SE	20
3.1 A classificação de Cunha & Cintra	20
3.2 A classificação de Azeredo	21
3.3 A classificação de Bechara	22
4 O SE PASSIVO OU INDETERMINADO?	25
4.1 Voz passiva ou sujeito indeterminado?	25
4.2 Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades	31
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	33
.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Despertou-me o interesse pelo tema ao ler a revista *Língua Portuguesa* de maio de 2012, matéria de Sírio Possenti intitulada “Aluga(m)-se mesmo casas?”. A chamada da matéria “A fragilidade dos argumentos que consideram passivas construções como ‘vendem-se filhotes’” chamou-me a atenção para quais tipos frágeis de argumentos seriam esses. No decorrer da explanação, além de fazer uma breve citação a Said Ali, Sírio diz que “a queda do agente em construções com ‘se’ mostra que elas deixaram de ser passivas”. Como o conteúdo foi tratado de maneira superficial, resolvi aprofundar-me.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a função do pronome “se” como índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora e suas interpretações passiva e impessoal, por um lado; e as consequências que, por outro lado, esse fenômeno traz para que o revisor de textos aplique a regra de concordância verbal, ou não, nos textos escritos.

Quanto aos objetivos específicos, pesquisar e descrever a visão da Norma Gramatical Brasileira (NGB) em relação ao pronome *se* nas funções de índice de indeterminação do sujeito em construções consideradas pela gramática tradicional como passivas sintéticas. Além disso, compararemos a visão da NGB com a da linguística quanto ao uso do *se*.

Os dados foram coletados de novembro de 2015 a março de 2016 em diversos *sites* da Internet. Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do uso do *se* em gramáticas normativas (CUNHA & CINTRA, AZEREDO e BECHARA) e na literatura linguística (BAGNO, SCHERRE, ALI, LIMA, BRITO, entre outros) e acerca dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008).

É, também, objetivo deste trabalho investigar o uso do pronome em textos atuais e revelar a perspectiva do uso do *se* na atuação do revisor de textos.

Quanto à estrutura desta pesquisa, está dividida em cinco partes. A primeira parte apresenta a distinção da evolução de linguagem em relação à gramática normativa; a segunda parte apresenta de um apanhado etimológico e diacrônico do pronome *se*; a terceira parte traz a interpretação de alguns gramáticos a respeito do pronome; a quarta parte apresenta o embasamento teórico de linguistas sobre o *se* como sujeito indeterminado quando acompanhado de verbo transitivo direto; a

quinta parte é a análise de dados atuais e usuais e, por fim, as considerações finais, nas quais apresentamos os resultados da pesquisa.

1 A LINGUAGEM E A GRAMÁTICA

O homem é cognitivo, dotado de natureza racional, criado para agir e pensar sobre as consequências de suas ações, portanto, não se pode negar ou desconsiderar as concepções teóricas e práticas que foram construídas pelo homem desde o início de sua existência, assim como os avanços conquistados pela humanidade ao longo de sua história, pois o homem encontra-se em um processo acelerado de construção e transformação, assim como seu conhecimento, seu comportamento, sua cultura e seu desenvolvimento como um todo.

O ser humano é um produto da ação e reação das coisas, pessoas e circunstâncias, e, desde sua infância, formação de valores e personalidade, tem a necessidade de comunicar-se e de absorver informações, aprendizados, de relacionar-se com outros.

Diante dessa necessidade surge um questionamento: como é que pessoas de determinadas partes de um país e até mesmo do mundo conseguem compreender-se, já que esses falantes utilizam-se de idiomas visivelmente divergentes?

Essas pessoas conseguem realizar uma comunicação, mesmo antes de conhecerem as regras de uma determinada língua, por causa da chamada gramática universal e internalizada que cada indivíduo possui, são “os aspectos sintáticos que são comuns a todas as línguas do mundo” (VITRAL, 1998, p.120).

Mattos (2000, p.54), em seu artigo intitulado “A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda linguagem” diz:

Para os seguidores desta teoria, portanto, a criança nasce com uma predisposição natural para a aprendizagem da sua língua materna. Esta predisposição natural é exatamente o que chamam de Gramática Universal, um conjunto de princípios e parâmetros que permitem a uma criança normal o desenvolvimento da linguagem durante os seus primeiros anos de vida, a partir da exposição à sua língua materna. Na visão dos pesquisadores desta linha, os princípios são responsáveis pelos aspectos comuns a todas as línguas humanas e os parâmetros explicam a variação encontrada entre as línguas.

É certamente trabalho de um gramático descobrir, e não fazer as leis de uma língua, porque o homem e a linguagem estão intimamente ligados, pois a gramática

existe por causa da língua e não a língua por causa da gramática, já que a gramática é um conjunto de regras que explicam e organizam o que já existe, o uso oral da linguagem. O homem – o usuário da fala – precedeu à gramática.

Lyons (2013, p.191) diz que:

[...] desenvolveram-se sistemas do que passou a se chamar **gramática universal**, nos quais a ligação entre lógica e gramática foi explicitada e recebeu algum tipo de justificação filosófica. Em todos esses casos foi a gramática que foi subordinada à lógica, já que os princípios da lógica eram considerados universalmente válidos. <grifo do autor>

Exemplo disso é que o verbo no alemão é também no inglês e no português, bem como os pronomes e outras construções similares, denominadas da mesma forma em idiomas totalmente diferentes.

Similarmente à gramática universal, que são as regras comuns a vários idiomas, há que se falar em gramática interiorizada, que é aquela intrínseca ao ser humano, a regra adquirida de forma intuitiva, que nasce com cada indivíduo, assim como é intuitivo comer, andar e falar.

A esse respeito Lyons (2013, p.196) cita Chomsky:

Chomsky acredita que a linguagem serve para a expressão do pensamento; que os seres humanos são dotados de nascença (isto é, geneticamente) da capacidade de formar alguns conceitos em vez de outros; [...] ele argumentou que a natureza da linguagem e o processo de aquisição da linguagem têm características tais que os tornam inexplicáveis a não ser com base no pressuposto de que existe uma faculdade inata de aquisição da linguagem.

Esse caminho de descoberta inerente à linguagem é bastante dificultoso, mas a especulação do homem por vasculhar seu passado, a curiosidade por suas origens e por sua natureza, o levou a um grande interesse pela linguagem, pois o homem e a língua estão intimamente ligados, como diz Neves (1987, pp.62-63):

[...] O animal político (**zôon politikón**) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois em linguagem não haveria sociedade política. [...] Se a natureza não faz nada em vão, e se o homem é o único animal que ela dotou de linguagem, isso significa que a linguagem está no

homem suscitada pela sua vocação de animal político e operada pela sua natureza, a fim de que essa vocação se possa cumprir. A base para as sociedades é a possibilidade de comunicação. [...] Essa associação entre a linguagem como característica biologicamente natural do homem e a linguagem como característica natural humana de animal político organiza-se coerentemente e converge para uma teoria da significação.<grifo do autor>

Partindo da premissa da análise do discurso, a primeira gramática foi criada por Dionísio o Trácio, de Alexandria, por volta do século cem antes de Cristo. As teorias gramaticais constituídas para a leitura e escrita de textos foram criadas para a época, porém são utilizadas até o dia de hoje. Neves (1987, p. 107) descreve a *Téchné Grammatiké*, como assim era chamada:

Pode-se aceitar que também na época helenística a gramática tenha sido considerada *téchné*, pois o próprio manual de Dionísio o Trácio recebe o nome de *téchné grammatiké*. [...] Na sua definição, Dionísio lucidamente dá a natureza dessa disciplina; ela é prática, não especulativa. Não é uma disciplina filosófica, pois nasce justamente porque se fixam domínios autônomos com limites precisos e assim se fixa, fora do âmbito filosófico, um domínio totalmente linguístico. É claro que a gramática não poderia negar o espírito grego que presidiu a seu nascimento.<grifo do autor>

A gramática de Dionísio, como descreve Neves acima, é mais voltada para a beleza da fala, para as formas corretas e perfeitas, o que lembra muito a escola parnasiana em que a poesia era valorizada por sua beleza em si, deixando de lado o subjetivismo e a emoção, assim a gramática era mais cuidada do que a própria língua, não se tratavam de condições gerais da língua, não se importavam tanto no uso cotidiano da linguagem por todas as classes sociais, mas criaram a gramática como uma espécie de método para aprender como ler e como os usuários deveriam falar de forma correta.

Em contrapartida a esse posicionamento de gramática, surgiu a linguística como é descrita por Lyons (2013, p.145):

Os especialistas há muito tinham consciência de que as línguas mudam com o tempo. [...] Entretanto, antes de se estabelecerem os princípios da linguística histórica não se tinha consciência, de um modo geral, de que a mudança linguística é universal, contínua e consideravelmente regular. [...]

Aqui registramos que a universalidade e a continuidade do processo de mudança linguística [...] foram ofuscadas para a maioria das pessoas pelo conservadorismo das línguas literárias padrão da Europa e pelas atitudes normativas da gramática tradicional.

Até hoje é utilizado esse modelo antigo de gramática, e há o predomínio do mito de que é preciso dominar as regras gramaticais para ser considerado um falante culto. Diante dessa padronização gramatical há alguns questionamentos: o estudo da língua em si está distante do ensino gramatical? É de fato necessário saber gramática para ler e escrever bem? Para se ter o domínio culto da linguagem?

Perini *apud* Bagno (2005, p.63) diz que nem sempre é necessário um ensino gramatical para se aprimorar um desempenho linguístico esperado:

Quando justificamos o ensino de gramática dizendo que é para que os alunos venham a escrever (ou ler, ou falar) melhor, estamos prometendo uma mercadoria que não podemos entregar. Os alunos percebem isso com bastante clareza, embora talvez não o possam explicitar; e esse é um dos fatores do descrédito da disciplina entre eles.

Bagno (2005, pp. 64-65) em sua obra *Preconceito Linguístico* defende:

As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados.[...]

Ora, não é a gramática normativa que “estabelece” a norma culta. A norma culta simplesmente *existe* como tal. A tarefa de uma gramática seria, isso sim, *definir*, *identificar* e *localizar* os falantes cultos, *coletar* a língua usada por eles e *descrever* essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes.

A língua e o homem são complementos de si mesmos e é difícil imaginar o homem sem a linguagem. Da mesma maneira em que coisas novas surgem diariamente, notícias, novelas, modelos de automóveis, telefones, interação para facilitar a vida do ser humano, a linguagem acompanha essa transformação, pois da mesma forma que o homem cria ideias para diversas coisas no mundo, ele também

articula as palavras e o modo como usá-las. Cagliari *apud* Bagno (2005, p.67) explica:

A gramática normativa foi num primeiro momento uma gramática descritiva de um dialeto de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem. Por sua própria natureza, uma gramática normativa está condenada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social demonstrado por um dialeto, a gramática normativa deveria mudar.

Em função do ritmo acelerado da linguagem de se adequar ao meio em que é utilizada, seja a forma de se falar com um amigo, no cotidiano, no trabalho, na escola, na universidade, na exposição de uma ideia, na classe média, alta ou baixa, na forma peculiar de se expressar, o indivíduo apresenta propostas de palavras novas e conotações surpreendentes. Essa utilização da língua a transforma através da mudança que se consagra no uso.

Muitas vezes a transformação das palavras não é acompanhada pelo ritmo, quase sempre estático, da gramática, é por essa razão que esse estudo propõe a pesquisa da compreensão diacrônica e sincrônica do processo de utilização da palavra *se*, para analisar se esse processo de mudança ocorre também com esse pronome quando utilizado como índice de indeterminação de sujeito e/ou partícula apassivadora, considerado muitas vezes de difícil compreensão e utilização pelos usuários.

2 O PRONOME SE AO LONGO DO TEMPO

2.1 A etimologia

De acordo com a gramática normativa, o pronome *se* pode aparecer com o verbo nas três vozes, chamadas de ativa, passiva e reflexiva, isso porque o pronome pode ser empregado como índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora, objeto de um verbo reflexivo que pode ser transitivo direto e indireto, pronome de realce e parte integrante de certos verbos ditos pronominais, todas essas formas exemplificadas estão dispostas no capítulo a seguir à luz de gramáticas conceituadas.

Uma pesquisa da palavra *se* foi feita com a preocupação de extrair elementos para a compreensão da origem e do desenvolvimento histórico do pronome. O Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (1982, p.709) diz que o “Se² conj. XIII. Do lat. *sī*, através da var. *sī* (que se documenta em algumas formas proclíticas, como *sīquis*, *sīquidem* etc.)”. Da mesma forma, segundo Machado (1995, p.167), o “Se² conj. Do lat. *si*, tornado *se*, devido ao uso proclítico da palavra. Em 1.182 *Leges*, p. 425, segundo Sacks, p.169)”. Observa-se que o pronome *se* no latim era denominado como “*si*”, devido ao uso anteposto ao verbo, dito proclítico, tornou-se “*se*”.

O Dicionário Houaiss (2009, p.1.717) faz um apanhado completo da palavra e aborda, ainda, a definição no latim:

pron.p. (sXIII) 1 da terceira pessoa do sing., caso oblíquo, átono, para os dois gêneros, us.: 1.1 como complemento de verbo trans. direto, podendo expressar reflexividade ou reciprocidade <*feriu-se*> <*agrediram-se*> 1.2 como complemento de verbo pron. trans. indireto ou bitransitivo <*deu-se ao trabalho de ler o artigo*> 1.2.1 em verbos pronominais que exprimem esp. sentimento ou mudança de estado (arrepender-se, atrever-se, indignar-se, queixar-se, derreter-se etc.) 1.3 como partícula apassivadora <*alugam-se quartos*> 1.4 como índice de indeterminação do sujeito <*vive-se bem*> 1.5 como palavra expletiva (para realçar nos verbos intransitivos movimento ou atitude do sujeito) <*foi-se embora, chorando*> / ETIM lat. *se*, ac. do pron. reflexivo de 3^ap. *sui, sibi, se* / HOM *se*(conj.), *sê*(fl.ser), *Ce*(símb.cério) e *Se*(símb.selênio)/PAR *sé*(s.f.)

2.2 A evolução

No intuito de aprofundar na linha de pesquisa diacrônica, será visto o trabalho de alguns autores e suas orientações teóricas. Maurer Jr., em sua obra denominada *A Propósito da Evolução Semântica do Pronome se em Português*, apresenta uma descrição histórica e considera que a origem e as construções do pronome *se* vieram do indo-europeu, ou seja, na *língua-mãe* só havia a voz ativa, porém, a partir de um sistema de afixos as expressões de noções passivas foram desenvolvidas:

Segundo o autor, no período do latim vulgar o uso do pronome *se* era bastante restrito. Seria então somente a partir do período medieval que as inovações de uso do pronome surgiriam, no período do latim vulgar, derivadas da forma latina reflexiva *se*. O autor identifica três inovações do uso do pronome *se* já nesse período, vejamos:

a) **Estilístico:** Uso do pronome com verbos intransitivos para realçar a espontaneidade da ação, verificada em praticamente todas as línguas românicas.

Vejam-se os exemplos dos verbos *ir-se* e *sair-se*, respectivamente: rum. *a se veni*, *a se fui*; it. *andarsi*; *furggirsi*; fr. ant. *soi venir*, *soi fuir*; esp. *irse*, *venirse*.

b) **Passivo:** Emprego do pronome *se* somente na terceira pessoa para a expressão da voz passiva, como na frase latina “*mela rotunda... todo anno servare se possunt*”. Essa forma passiva do pronome apresenta restrições nas línguas românicas, pois só *se* empregam preferencialmente quando o sujeito é inanimado, como: port. *Vendem-se as casas*, esp. *Se escriben las cartas*; it. *Dopo Che l’adunanza si fui sciolta*. Entretanto, apenas o português e o espanhol apresentam a possibilidade de sujeito pessoal: port. *Louvam-se os grandes homens*.

c) **Indeterminado:** Emprego do pronome *se* com verbos intransitivos para a expressão de um agente exterior indefinido. Esse tipo de construção indeterminado não é só comum ao português, mas também é recorrente no espanhol, italiano e romeno, como os exemplos a seguir: rum. *se sta bine aici*; it. *si sta bene qui*; esp. *se vive bien em esta ciudad*; port. *vive-se bem aqui* (MAURER JR. *apud* LIMA, 2006, p.18).

Um dos precursores em entender a diacronia do pronome *se*, Martins de Aguiar, em seu trabalho *Notas e Estudos de Português*, fala de cinco estágios que trata da “evolução” desse pronome.

O autor indica que o primeiro uso do pronome **se**, que surge já no latim, é o de pronome reflexivo (estágio 1), como em *O homem*

cortou-se. Segundo ele, as construções reflexivas envolvem tanto uma leitura ativa, quanto uma passiva, e que essa última parece nos “impressionar” mais. Dessa impressão, então, se passa ao estágio 2 da “evolução”, que é a passiva. Ou seja, como a forma passiva nos “impressiona” mais do que a ativa, ela prevalece a partir das construções reflexivas, como em **Fritam-se os ovos**, ou seja, a leitura seria **Os ovos são fritos** ou **Os ovos se fritam**, e não os **Os ovos se fritam a si mesmos**.

Devido à indefinição de agente em frases como: **Comem-se os bolos**, o pronome **se** passa a ser interpretado na função de indeterminação do sujeito (agente). Esse seria então o Estágio 3 da evolução, e que consistiria na função de pronome indeterminador do agente.

Os estágios 4 e 5 são os que o pronome desempenha a função de indeterminador do agente em verbos intransitivos e transitivos. Correspondem esses estágios respectivamente à expansão do uso da indeterminação do agente com verbos intransitivos (4) *Trabalha-se muito aqui*, e transitivos (5) *Vende-se casas no condomínio*. (AGUIAR. *apud* LIMA, 2006, p. 17)

Naro *apud* Lima (2006, p.25) diz não ter existido *se-indeterminado* no período medieval do português. No entanto, LIMA faz relevantes apontamentos sobre as indagações que ainda não têm respostas da interpretação do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito ou partícula apassivadora:

Outro fator ainda inexplicado é como ocorreu a reanálise *se-reflexivo* > *se-passivo* > *se-indeterminado*, ou seja, como o pronome reflexivo **se** do português pôde dar origem a formas do grupo não-reflexivo, fato constatado por Rodrigues: ‘Elas [as construções com pronome **se**] não são, por assim dizer, um produto primário da língua, mas resultam de um processo mental um pouco longo. Foi preciso que o pronome reflexo **se** passasse a partícula apassivativa, e que depois a oração assim tornada passiva se considerasse transposta para a activa, ficando o *se* a servir de sujeito indeterminado’. (LIMA, 2006, p. 25)

Naro traz uma relevante consideração a respeito da forma oral utilizada no Brasil e em Portugal do pronome, dito *se-impessoal* com verbos intransitivos e transitivos, não considerado pelas gramáticas como construção correta, mas ganha aceitação, subentende-se que inclusive dos falantes cultos, após o surgimento do *se-passivo*, a partir do século XV e se consolida no século XVI.

Segundo Naro (1976:779) outro tipo de emprego bastante comum na fala de indivíduos tanto no Brasil, quanto em Portugal, é o *se-impessoal* com verbos intransitivos e transitivos, embora as

gramáticas normativas de ambos os países não considerem normalmente esse último tipo de construção correta. Vejamos os respectivos exemplos abaixo em (5a-b):

(5) a) Vende-se estes carros. b) Vive-se bem em Sabará.

Segundo Naro (1976), as construções com o *se-impessoal*, sem concordância, são, na língua portuguesa, historicamente posteriores às com *se-passivo*, e ganham aceitação mais geral no português a partir da primeira metade do século XV até se consolidarem em torno da metade do século XVI [...]. Entretanto, para Naro (1968) o processo de surgimento do *se-impessoal* não é arbitrário, e não se constitui como uma mera derivação *errônea* ou subtipo do *se-passivo*, como afirmam alguns autores. Tal fato pode ser elucidado pela improdutividade das construções com pronome *se* e a preposição *por*, como: * (a) *Escreve-se cartas pelas mãos*, * (b) *Observa-se mesas pelos olhos*. Ou seja, essas expressões deveriam ser produtivas para justificar a extensão da regra de uso do pronome *se* em frases que apresentam sujeito. A improdutividade das construções de (a) e (b) indica também, segundo o autor, que a produtividade das construções com *se-impessoal* não se formou por um processo de extensão analógica das estruturas *se-passivas*, já que as indeterminadas não admitem especificação de agente e as passivas sim. Naro afirma então que a reanálise que gerou as construções com *se-impessoal* só foi possível por meio da ausência de sujeito em frases nas quais o verbo no plural não concorda com o argumento interno. O autor salientou, por fim, que o apagamento do sujeito só é possível em frases que esse é indefinido. (NARO *apud* LIMA 2006, pp.21-22)

De acordo com Naro, nas construções com o pronome *se*, quando não houver a concordância verbal com o argumento interno da frase, o sujeito pode ser considerado indeterminado, mesmo com verbos transitivos, mas quando houver essa concordância o sujeito será determinado, podendo, o *se*, ser partícula apassivadora nesse último caso. Segundo o estudo apresentado, há uma clara percepção da divergência existente entre a gramática normativa e a expressão oral da língua, juntamente com a etimologia da palavra, tomando por base o *se-impessoal*.

3 AS FUNÇÕES DO PRONOME SE

Em vários momentos do dia pessoas fazem uso de palavras e orações para se comunicarem. Em poucos minutos os usuários da linguagem elaboram textos e dissertam sobre temas diversos que vêm às suas mentes de forma espontânea.

Essas expressões, se tomadas mediante a oralidade, não carregam a importância que realmente têm quando analisadas diante das regras gramaticais, considerando a morfossintaxe, percebe-se então que as palavras podem exercer diferentes funções, levando em consideração o contexto em que se encontram inseridas.

Na língua portuguesa, o se aparece em duas grandes categorias gramaticais, que são as conjunções e os pronomes. Como conjunção, o se pode ser partícula integrante ou condicional. Nessas formas não há o que se falar em divergências quanto à denominação dada pelas gramáticas tradicionais e a utilização oral do se. Portanto, no que se refere a outras classificações, pode-se notar uma falta de clareza nos conceitos estabelecidos pelas gramáticas, portanto, algumas gramáticas serão estudadas para expor melhor o pronome se em suas diversas ocorrências. Este capítulo será dividido por gramáticas e seus respectivos autores.

3.1 A classificação de Cunha e Cintra (2007)

Inicia-se a apresentação por meio do trabalho de Cunha e Cintra (2007, p. 305-307) intitulado de *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. A obra reúne o maior número de usos do pronome se, contempla o conteúdo de forma mais objetiva, concentra, numa perspectiva descritiva, os termos do pronome, e faz uma observação, um tanto tradicional, quanto ao uso do se como índice de indeterminação do sujeito. Cunha e Cintra deixam claro que não há a possibilidade de a partícula se junto ao verbo transitivo direto, quando na voz passiva sintética, exercer a função de índice de indeterminação do sujeito.

As considerações apresentadas pelos autores são:

a) Objeto direto (emprego mais comum):

Ao sentir-**se** aquela robustez nos braços, meu pai tranqüilizou-**se** e tranqüilizou-o

(G. Amado, *HMI*, 124.)

b) Objeto indireto:

Sofia dera-**se** pressa em tomar-lhe o braço.

(Machado de Assis, *OC*, I, 656.)

c) Sujeito de um infinitivo:

Virgília deixou-**se cair**, no canapé, a rir.

(Machado de Assis, *OC*, I, 497.)

d) Pronome apassivador:

Ouve-**se** ainda o toque de rebate.

(B. Santareno, *TPM*, 121.)

e) Símbolo de indeterminação do sujeito:

Vive-**se** ao ar livre, come-**se** ao ar livre, dorme-**se** ao ar livre.

(R. Brandão, *P*, 165.)

f) Palavra expletiva:

As estrelas dirão: — “Ai! nada somos,

Pois ela **se morreu**, silente e fria...”

(A. de Guimarães, *OC*, 258.)

g) Parte integrante de certos verbos:

— Atreva-**se**. Atreva-**se**, e verá.

(M. Torga, *NCM*, 48.)

Em frases do tipo:

Vendem-**se** casas.

Compram-**se** móveis.

Consideram-*se* *casas* e *móveis* os sujeitos das formas verbais *vendem* e *compram*, razão por que na linguagem escrita se evita deixar o verbo no singular.

3.2 A classificação de Azeredo (2010)

O trabalho de Azeredo (2010, p. 274, 277-278), intitulado *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, não é tão detalhado como a obra de Cunha e Cintra, porém,

é mais voltada para uma variedade concisa da língua. Há poucas referências do uso do pronome *se*:

a) Voz passiva sintética:

- Construção de sujeito indeterminado:

Abandonaram-se estas crianças.

a) Pronome reflexivo:

A praia estende-**se** por vários quilômetros.

b) Voz média:

Ela não **se** incomoda com nada.

Ele **se** embaraçou nas próprias palavras.

A voz média é uma extensão do pronome reflexivo, mais amplo, é quando o sujeito não inicia o processo, portanto não é o agente. Essa ação intermedia um meio termo entre a voz ativa e voz passiva.

Azeredo (2010, p.275) traz mais uma contribuição ao analisar o pronome *se* junto ao verbo transitivo direto, que, na voz passiva, atribui ao paciente da frase o papel sintático de sujeito, como classificam as gramáticas tradicionais, mas o autor defende que, em alguns casos, quando o verbo transitivo direto está no singular e o paciente da frase no plural, admite-se a interpretação não de voz passiva sintética, mas o sentimento de indeterminação de agente prevalece sobre o caráter passivo da construção.

A mesma fonte do primeiro dos três exemplos acima também fornece esse outro, em que não se observa a concordância preconizada pelas gramáticas normativas tradicionais:

“Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e *joga-se* para o plano pessoal os possíveis conflitos.” [SCHWARCZ, 1998:179]

Neste último exemplo, o sentimento da indeterminação do agente prevalece sobre o caráter passivo da construção. O verbo, mesmo transitivo direto, é recategorizado sintaticamente como os demais verbos, junto aos quais o *se* é um ‘índice de indeterminação do sujeito’.

3.3 A classificação de Bechara (2009)

Evanildo Bechara (2009, pp.176-178) em sua *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta uma classificação do pronome *se*, considerando especificamente seus usos pronominais. A proposta de Bechara é considerar o pronome *se* nos usos reflexivos de acordo com o que segue.

c) O pronome **se** na construção reflexa:

- Reflexivo próprio:

João se banha.

- Reflexivo recíproco:

João e Maria se escrevem.

- Reflexiva passiva com *se*:

O banco só se abre às dez horas.

- Reflexivo oracional:

1. Objeto direto:

Ele **se** feriu.

2. Objeto indireto:

Ela **se** arroga essa liberdade.

3. Complemento relativo:

Eles **se** gostam.

4. Índice de indeterminação do sujeito:

Vive-**se** bem.

A contribuição de Bechara (2009) é agrupar o pronome *se* como um grande conjunto de construções reflexas pronominais.

As gramáticas analisadas são bastante peculiares. Cunha e Cintra (2007) explanam, de forma mais completa, os vários tipos de utilização do pronome *se*; Azeredo (2010) apresenta um segmento fragmentado, mas bastante interessante, momento em que é apresentada a voz medial, extensão da voz reflexiva, e trata, de

maneira sucinta, sobre se admitir o pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito em verbos transitivos diretos; e por fim, Bechara (2009, p.563), tratando sobre a concordância com o verbo na passiva pronominal, afirma que *se* deve seguir a língua padrão, ou seja, o verbo deve concordar com o sujeito:

Alugam-se casas.

Vendem-se apartamentos.

Fazem-se chaves.

Não *se perdem cinco contos*, como se perde um lenço de tabaco. *Cinco contos levam-se* com trinta mil sentidos, *apalpam-se* a miúdo, não *se lhes tiram* os olhos de cima, nem as mãos, nem o pensamento, e para *se perderem* assim totalmente, numa praia, é necessário que... [MA.1, 151]

Porém, Bechara (2009), ao observar estruturas com o *se* como índice de indeterminação do sujeito com verbos intransitivos e transitivos indiretos tais como: “Vive-se bem” e “Precisa-se de empregados”, afirma que o *se* como índice de indeterminação do sujeito estendeu seu papel aos transitivos diretos, nos quais há uma interpretação impessoal, fazendo com que a mudança de emprego da passiva à indeterminação fez com que o falante não fizesse mais a concordância do verbo com o sujeito, pois o sujeito seria agora o objeto e, nesse caso, não se exige o “acordo” do verbo (BECHARA, 2009, p.178):

Vendem-se casas (= ‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) → *Vende-se casas*.

Vende-se casas e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se*, *fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução.

Pode-se observar duas estruturas registradas na citação de Bechara, dois diferentes estágios de evolução da Língua Portuguesa: uma estrutura mais antiga, em que o *se* elemento apassivador, com concordância entre o verbo e o que era considerado como sujeito na posição pós-verbal; outra mais moderna, em que o *se* aparece como índice de indeterminação do sujeito, com o verbo no singular, questão também levantada por Naro na parte 2 (dois) deste trabalho (SCHERRE, 2005, p.111). Essa afirmação, de certa maneira, abraça a reflexão levantada por Azeredo.

Com isso, percebe-se que Bechara apresenta uma visão não tão normativa, autorizando interpretações textuais, avaliações, correções, ainda, que, positivas

quanto à ausência da concordância verbal. Portanto, sobre a concordância ou não, o uso do *se* como índice de indeterminação do sujeito ou como partícula apassivadora fica a critério do falante ou do escritor (SCHERRE, 2005, p.109).

4 O SE PASSIVO OU INDETERMINADO?

Tânia Braga Guimarães, em texto publicado na revista virtual denominada *Revista Espaço Acadêmico*, cita João Ubaldo Ribeiro, em artigo intitulado “Questões gramaticais”, que diz:

A gramática é a mais perfeita das loucuras, sempre inacabada e perplexa, vítima eterna de si mesma e tendo de estar formulada antes de poder ser formulada – especialmente se se acredita que no princípio era o Verbo. Estou, como já contei, estudando gramática e fico pasmo com os milagres de raciocínio empregados para enquadrar em linguagem “objetiva” os fatos da língua. Alguns convencem, outros não. Estes podem constituir esforços meritórios, mas se trata de explicações que a gente sente serem meras aproximações de algo no fundo inexprimível, irrotulável, inclassificável, impossível de compreender integralmente. Mas vou estudando, sou ignorante, há que aprender. Meu consolo é que muitas das coisas que me afligem devem afligir você também. Ou pelo menos coisas parecidas.

É notória a dificuldade dos falantes, muitas vezes de pessoas que têm até mesmo um considerável conhecimento técnico, de dominar o uso da língua de acordo com as regras e exceções da gramática normativa. Saber quando utilizar certas palavras de maneira culta, no momento adequado, é uma dúvida frequente da maioria das pessoas que têm como língua materna o português. A gramática, que deveria ser solução de problemas da língua, às vezes, com as definições um tanto limitadas, traz essas controvérsias, e para tentar expor e, quem sabe, sanar um pouco dessa angústia, o pronome *se* será analisado de forma crítica nos textos que seguem.

4.1 Voz passiva ou sujeito indeterminado?

Na sétima edição do livro de Said Ali, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, o conceituado linguista brasileiro critica as gramáticas tradicionais por alegar que essas são incongruentes e não exprimem com clareza a questão da sintaxe do pronome *se*, Ali considera, então, essa questão como complexa. Ele sugere uma análise “psicológica” da construção do pronome *se*, hoje denominada como análise semântica, atribuindo ao pronome, nesses casos, o lugar de sujeito na oração,

ênfatizando que o pronome não iniciaria a frase devido a sua natureza átona, eminentemente proclítica.

Dessa maneira, explica Said Ali (2008, pp.105-106):

Como se devem analisar estas orações de português castiço: *compra-se o palácio, morre-se de fome?* Decerto não posso admitir como sujeito da primeira frase *o palácio*, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito *de fome*, forçando-me a uma série de subterfúgios. A incongruência seria flagrante.

Se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com as ideias que as palavras atualmente simbolizam, parece impor-se a candidatura do pronome *se* ao lugar de sujeito.

Se objetarem que ele não está no princípio da oração, a defesa será que a sua condição de vocábulo átono, enclítico, dificilmente lho permitiria.

O gramático ferrenho, não já o psicólogo, votará contra, alegando que um caso oblíquo não está habilitado para tão importante papel: responder-se-á que as línguas novo-latinas perderam o sentimento de muitos casos oblíquos, conferindo-lhes ulteriormente as honras de nominativos; (...). E sempre de novo emerge, de entre as dúvidas, esta verdade incontestável: em *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*, o pronome *se* sugere, na consciência de todo o mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear.

Como mencionado, Ali (2008) apresenta o argumento em favor da análise ativa da construção, pois aceita-se sem discussão que sujeitos não podem ser precedidos por preposição, embora objetos diretos possam. Assim, a frase “Ama-se Deus” deve ser passiva, segundo a doutrina corrente, pois significaria “Deus é amado”, já a frase “Ama-se a Deus” deve ser analisada como oração ativa com sujeito indeterminado, embora o verbo seja transitivo direto. Por quê? Porque “a Deus” não pode ser sujeito por causa da preposição. E teria de ser, para que a oração fosse passiva. O grande questionamento é: se a regra vale para “Ama-se a Deus”, deve valer para “Ama-se Deus”.

Said Ali ainda afirma (2008, pp.115-116):

Tem-se dito que a nossa forma reflexiva *se* identifica com a voz passiva. Apesar das restrições que todos concedem, que são forçados a conceder, tenho a afirmação por leviana, a começar pelos exemplos banais com que a esteiam. *Aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. Há um meio muito simples de verificar isto. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos

supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta deste modo: *esta casa é alugada por alguém*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público.

Admitir um sentido passivo é admitir a possibilidade de um agente ou “complemento de causa eficiente” tanto oculto como exposto. É, pelo menos, por essa razão que se invocam, em favor da hipótese: reflexivo igual a passivo, alguns exemplos plausíveis na aparência. Contradizem-se, todavia, os que argumentando se prevalecem de tais passagens; porque, de duas uma: ou não se deve, segundo sentenciam, empregar a “partícula apassivadora” com agente claro, e, portanto desconfiaremos dos casos em contrário; ou então a regra nada vale, e estamos autorizados a imitar afoitamente os exemplos com que agora se vem argumentar.

Considerando as palavras acima, vê-se que o autor revela, de maneira explícita, a divergência encontrada na regra gramatical relacionada à voz passiva e à reflexiva em contraste com a análise semântica, pois, para a população, culta ou não, as frases “Aluga-se esta casa” e “Esta casa é alugada” não possuem o mesmo sentido, porque em uma frase diz-se que há uma casa vazia disponível para quem quiser alugar, e, na outra, há uma expressão óbvia de que a casa, outrora vazia, no momento está alugada.

Bagno (2001) fala de duas construções e as interpreta como sendo aparentemente iguais: “(4a) Lá em casa se lê muito” e “(4b) Lá em casa se lê muito jornal”, de maneira diferente da gramática normativa, pois para ele, a gramática prescritiva separa os critérios sintáticos e semânticos no momento da classificação do pronome se:

Dizem os gramáticos que em (4a) o SE indica “indeterminação do sujeito”, ao passo que em (4b) o SE é uma “partícula apassivadora”, sendo JORNAL o “sujeito” da oração. Ora, no primeiro caso, usa-se um critério semântico, pois o SE é interpretado como referente a alguém que não queremos especificar ou determinar. Já na interpretação de (4b), usa-se um critério *sintático*, baseado sobretudo na *história* alegando-se muitas vezes que em *latim (!!!)* o pronome SE não poderia ser sujeito de oração. Mas desde quando falamos latim no Brasil? Trata-se de um evidente paradoxo, de duas explicações diferentes para o mesmo fenômeno lingüístico. A única diferença verdadeira entre os dois enunciados é que em (4a) o verbo é *intransitivo*, ao passo que em (4b) ele é *transitivo direto*. Nas duas o Se funciona como sujeito indeterminado, e em (4b) temos JORNAL como o objeto direto de *LER* (BAGNO, 2001, p.126).

Jairo Nunes, em seu trabalho intitulado *O Famigerado SE: uma análise diacrônica das construções com SE apassivador e indeterminador*, apresenta uma relevante contribuição, no qual aponta a ocorrência de casos em que o verbo

transitivo direto não concorda com o elemento comumente interpretado como sujeito, como no caso de “Aluga-se casas”, o sujeito (agente) passa a ser o pronome *se*, e o sintagma nominal, anteriormente sujeito “casas”, passa a ser considerado como objeto direto:

Nunes afirma que a expansão *se-passivo* > *se-indeterminado* é caracterizada por uma *reanálise* da categoria vazia na posição de sujeito das passivas pronominais, de modo que em construções como *Aluga-se casas*, o pronome *se* passa a ser interpretado como agentivo, e não como uma partícula apassivadora, como no caso das sentenças passivas. Essa reanálise forçou a interpretação do SN posposto como objeto direto, portador do caso acusativo e não mais como sujeito, caso nominativo e responsável pela concordância. (NUNES *apud* LIMA, 2006, p. 23)

Susana Sousa Brito (2007, p.34), em seu trabalho denominado *SE passivo? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda*, vem ao encontro do raciocínio levantado por Nunes, e conclui:

É fato evidente que houve uma reanálise; porém, acreditando que o *SE* atualmente é o sujeito da oração indeterminada, levanto aqui a possibilidade de o sujeito de “aluga-se casas” não ser nulo, mas sim lexicalmente expresso pelo pronome *SE*, apesar de ele ser um clítico e não poder, em princípio, exercer tal função. Nesse caso, o pronome *SE* seria detentor do papel temático de agente e de caso nominativo e a concordância seria feita com ele, que julgo ser, então, um pronome de terceira pessoa do singular. A referência indeterminada viria então da semântica do pronome, que seria agora [+ lexical], e de idéia indefinida. Assim, “aluga-se casas” seria correspondente a “alguém aluga casas” ou “a gente aluga casas”.

Sírio Possenti, em sua coluna no portal do Terra, comenta casos em que há a passiva sintética na qual questiona a racionalidade de se achar que o verbo deva concordar com o suposto sujeito da frase. Cita uma frase do poeta Moacir Amâncio do jornal O Estado de São Paulo: *Para que se escreve tantos poemas?* e um dos poemas de *Educação pela pedra*, de João Cabral de Melo Neto que começa assim:

Catar feijão se limita com escrever
Joga-se os grãos na água do alguidar
E as palavras na da folha de papel.

Nos dois casos, afirma que nem Moacir Amâncio nem João Cabral de Melo Neto podem ser considerados “ignorantes” da língua e chama a atenção para a construção sintática: *Joga-se os grãos* e *Escreve tantos poemas* que pela gramática normativa deveriam ser “Jogam-se os grãos” e “Escrevem tantos poemas”, afirmando que há uma grande predominância da forma singular e que há pelo menos duas explicações para a desobediência à regra, uma dizendo respeito ao verbo e outra à partícula *se*.

É muito difícil convencer alguém de que há dois “se” diferentes em exemplos como

Precisa-se de empregados

Precisa-se navegar

Vende-se esta casa

Todos os falantes de português, tenho certeza, tratam intuitivamente os três casos como sendo do mesmo tipo, ou seja, não se menciona quem precisa de empregados, quem precisa navegar e quem vende a casa. A única diferença é que o terceiro exemplo admite uma passiva, porque há nele um verbo transitivo direto.

Observe-se que, com essa transformação, a oração que resulta fica sem agente da passiva: *esta casa é vendida*. **O que falta é o equivalente do “se”, que é o sujeito (dito indeterminado) da oração ativa (nunca se dirá esta casa é vendida por se)**. A escola repete as gramáticas. Já que pode haver uma passiva, trata a própria ativa como passiva.

(...)

Como se poderia dizer que o *se* que ocorre com verbos transitivos diretos é apassivador, e que, portanto, o nome que segue o verbo é seu sujeito, em exemplos como

Por tudo isso se admira a Vieira...

Louva-se ao deus Termino

que são de Castilho, se esses nomes vêm precedidos de preposição? Em português há objetos diretos preposicionados (é o caso), mas não sujeitos precedidos de preposição. Logo, a *Vieira* e ao *deus Termino* são objetos. Se esses são objetos, como dizer que *casas* é sujeito em *vende-se* (ou *vendem-se*) *casas*? É muita falta de lógica.

A função da linguagem assume um papel importante na comunicação, deixando de lado a hierarquia estabelecida pela sociedade entre as divergências do culto e coloquial, do certo e errado, como salienta Bagno (2001, p.63) “todo preconceito que pesa sobre uma variedade linguística é mero reflexo do preconceito social que pesa sobre seus falantes”.

Acrescenta, ainda, Bagno (2005, p.67), explicando de maneira simples e pontual o que está envolvido nesta acepção:

[...] No plano da língua falada, os termos que se confundem, ou que são tomados como equivalentes, no senso comum, são *português*, *gramática normativa* e *norma-padrão*. Em relação à língua escrita, seria

pedagogicamente proveitoso substituir a noção de *erro* pela *tentativa de acerto* que, embora possa soar como simples eufemismo, pode ter um efeito significativo ao trocar um termo de conteúdo negativo (*erro*) por um conteúdo positivo (*acerto*). Afinal, a língua escrita é uma análise da língua falada, e essa análise será feita, pelo usuário da escrita no momento de grafar sua mensagem, em consonância com seu perfil sociolinguístico.

Algumas gramáticas tradicionais ainda não se abriram para essa transformação que ocorre na língua em relação ao pronome *se*, mas Azeredo (2010) já registra essa possibilidade em sua “Gramática Houaiss da Língua Portuguesa”, bem como Bechara (2009), em sua “Moderna Gramática Portuguesa”, conforme explicitado no capítulo três deste trabalho. Segue trecho do que diz Bechara (2009, p. 178) sobre o que foi levantado pelos linguistas neste capítulo:

Vendem-se casas (= ‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) → *Vende-se casas*.
Vende-se casas e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se*, *fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução.

Nesta citação de Bechara, vê-se que ele observa duas estruturas diferentes na língua: uma mais antiga em que o *se* exerce função de apassivador, isso ocorre quando há a concordância verbal com o sujeito posposto ao verbo; outra mais atualizada, em que o *se* é índice de indeterminação de sujeito e o verbo não concorda com o que alguns chamariam de sujeito, ou seja, o verbo estaria na forma do singular, mesmo sendo transitivo.

Embora haja textos criteriosamente revisados, principalmente os acadêmicos, que tendem a utilizar as expressões com a concordância, é cada vez mais comum o uso de estruturas sem a concordância, como vem demonstrar Scherre, que nos brinda com sua valiosa obra “Doa-se lindos filhotes de poodle”. Ela traz um apanhado de informações sobre a possibilidade do uso da não concordância, em que o *se* passa de apassivador para indeterminador do sujeito.

Scherre (2005, p.112) deixa um apelo para que a luta contra o preconceito linguístico não esmoreça, mesmo que essa luta seja lenta e os frutos demorem a aparecer, repassa para os pesquisadores, falantes, para a sociedade com um todo, uma missão: “Temos, todos nós, o dever de participar do debate público contra o preconceito lingüístico. [...] E somos todos nós os verdadeiros agentes da história.”

4.2 Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades

O conceito e o uso do gênero não estão ligados somente ao contexto literário, mas atualmente está intimamente ligado à oralidade; portanto, para haver comunicação, seja oral ou escrita, é necessária a utilização de gêneros textuais, pois é dessa maneira que a comunicação acontece.

Os gêneros textuais, no aspecto da linguagem, acompanham o funcionamento da sociedade. “Na realidade, o estudo dos gêneros textuais é hoje uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento e para as atividades culturais e sociais” é o que diz Marcuschi (2005, p.151).

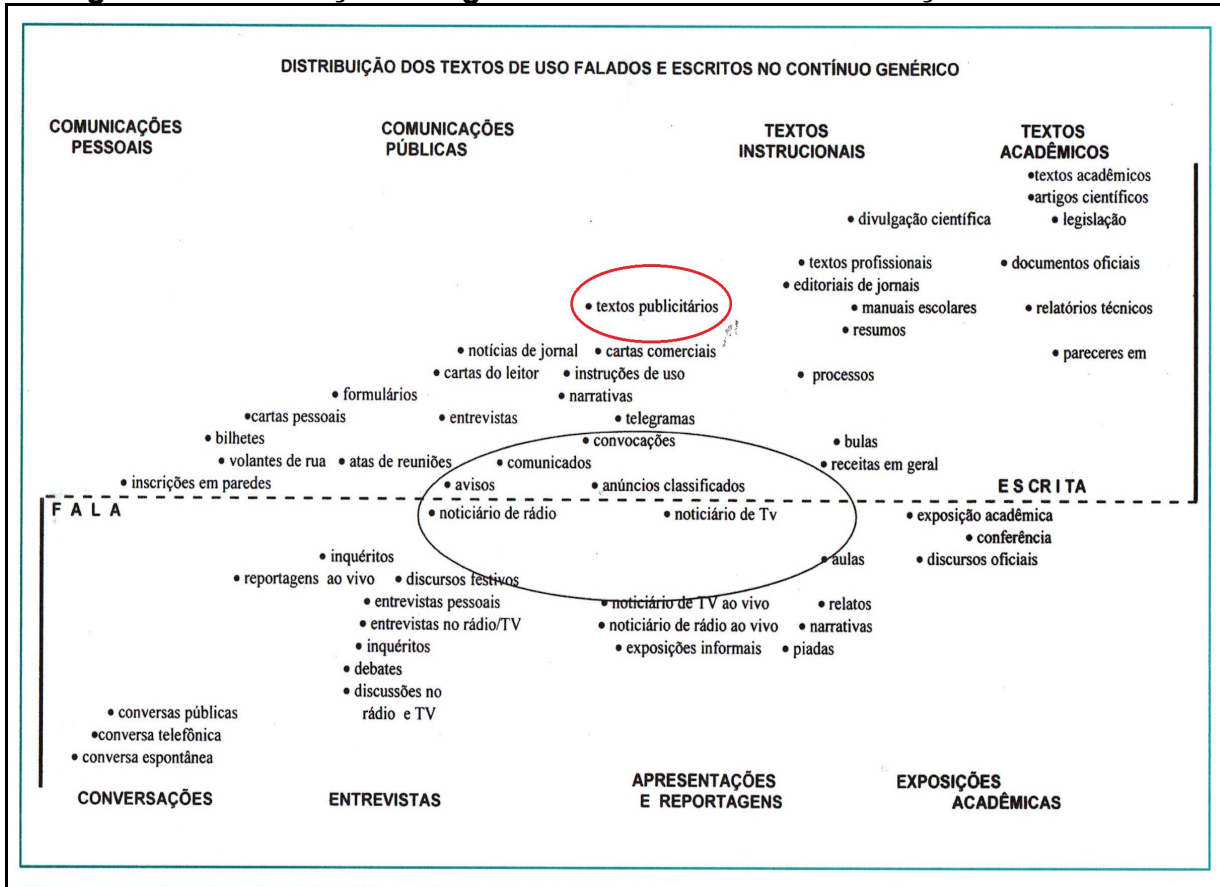
Os gêneros são dinâmicos, assim como é dinâmica a linguagem e seu funcionamento. Portanto, para entender a análise dos dados que será feita posteriormente, seguem algumas definições presentes na obra de Marcuschi (2008, pp.154, 155) sobre tipo textual, gênero textual e domínio discursivo:

- a. **Tipo textual** designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências lingüísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. [...]
- b. **Gênero textual** refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem* [...] e assim por diante.[...]
- c. **Domínio discursivo** constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso, etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

A língua não é estanque, antes, ela acompanha as várias situações vividas diariamente por seus falantes, e assim como a linguagem são também dinâmicos os gêneros. “Não se pode tratar o gênero de discurso independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas” (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Os dados analisados foram coletados em **textos publicitários**, os quais se encontram no *continuum* da relação fala-escrita, proposto por Marcuschi (2008, p. 197), entre as **comunicações públicas** e os **textos instrucionais**, conforme assinalado em vermelho na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Distribuição dos gêneros no *continuum* da relação fala-escrita



Fonte: MARCUSCHI, 2008, p.197.

Além disso, quanto ao tipo textual, há a predominância da exposição; em relação ao domínio discursivo, a maioria dos dados pertencem ao domínio publicitário da modalidade de uso escrito da língua (anúncios, cartazes, placas), conforme veremos, a seguir, na próxima parte deste estudo.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta parte do trabalho serão analisados os dados que foram coletados no período de outubro de 2015 a março de 2016, em diversos *sites* da Internet, de forma a investigar o uso do pronome *se* na função de índice de indeterminação de sujeito ou de partícula apassivadora, envolvendo as interpretações passiva e impessoal desse pronome, por um lado; e as consequências que, por outro lado, esse fenômeno traz para que o revisor de textos aplique a regra de concordância verbal, ou não, nos textos escritos.

Quadro 1 - Dados 1, 2, 3, 4, 5 e 6



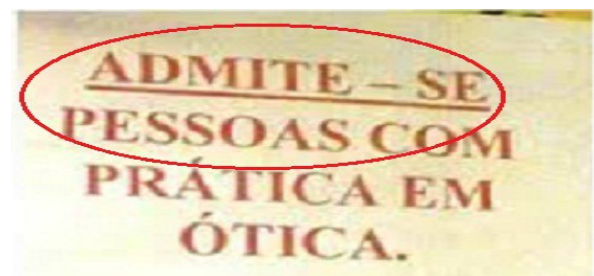
Fonte:
<http://leituraliteraria.blogspot.com.br/2009/04/digite-aqui-o-resumo-do-post-digite.html>. Acesso em: 10 jan. 2016.



Fonte: <http://ced07cei.blogspot.com.br/2010/11/erros-ortograficos-e-de-concordancias.html>. Acesso em: 13 fev. 2016.



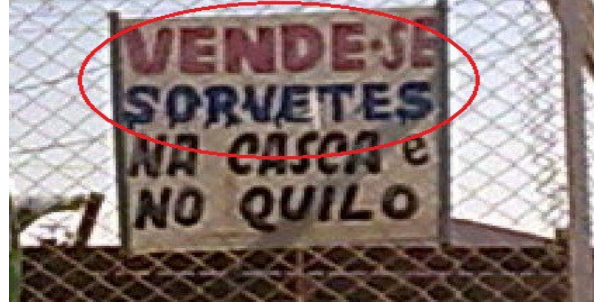
Fonte:
http://ct.santoagostinho.com.br/arquivos/site/0_2015/. Acesso em: 13 fev. 2016.



Fonte:
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC0000503ok.pdf. Acesso em: 14 fev. 2016.



Fonte:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37878>. Acesso em: 15 dez. 2015



Fonte:
http://estudargramatica.blogspot.com.br/2010_08_01_archive.html. Acesso em: 20 fev. 2016

Fonte: Produzido pela autora

Análise

Para os dados:

- (1) Plastifica-se documentos. / (2) Joga-se búzios, cartas e tarô.
- (3) Aluga-se cômodos. / (4) Admite-se pessoas com prática em ótica.
- (5) Confecciona-se roupas feminina/masculina e reformas pequenas.
- (6) Vende-se sorvetes na casca e no quilo.

Essas formas revelam uma **interpretação sociodiscursiva impessoal** que os falantes fazem na hora da enunciação de textos como ‘Plastifica-se documentos’, ‘Joga-se búzios, cartas e tarô’ sem a concordância verbal. Essa interpretação impessoal “alguém tem documentos para plastificar”, “alguém tem búzios, cartas e tarô para jogar” gera a sintaxe **sem concordância verbal**, pois o que era sujeito “documentos” e “búzios, cartas e tarô” são interpretados, pelo falante, como objetos. Logo, temos o ‘se’ na função de **índice de indeterminação de sujeito**.

No uso tradicional da linguagem, principalmente da escrita, as formas apresentadas nos dados de 1 a 6 são incorretas, porque os verbos são transitivos diretos e a partícula ‘se’ faria o papel de partícula apassivadora, sendo assim, seria obrigatória a concordância verbal com o sujeito da voz passiva sintética. Porém, de acordo com o que foi analisado no embasamento teórico, Scherre, Bagno e outros revelam ser totalmente aceitável essa forma de uso, passando, então, o ‘se’ de partícula apassivadora para índice de indeterminação do sujeito. Bechara legitima essa afirmação levantada pelos linguístas, sendo que, neste contexto, fica a critério

do revisor o uso, ou não, da concordância verbal. Nesse caso, é interessante que não haja a concordância, pois como os textos analisados são placas e cartazes publicitários, a linguagem, dessa maneira, aproxima-se mais do público interessado por ser algo coloquial, mais usual.

Quadro 2 - Dados 7, 8 e 9



Fonte: <http://linguaportuguesa.blog.br/ceu-em-lisboa/>. Acesso em: 15 mar. 2016



Fonte: <https://www.tecnolegis.com/provas/comentarios/142448>. Acesso em: 15 mar. 2016



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37878>
Acesso em: 15 dez. 2015

Fonte: Produzido pela autora

Análise

Para os dados:

- (7) Fazem-se chaves;
- (8) Colocam-se fechaduras; e

(9) Procuram-se brinquedos.

Essas formas revelam uma **interpretação sociodiscursivas passiva** que os falantes fazem na hora da enunciação de textos como (7) Fazem-se chaves (8) Colocam-se fechaduras (9) Procuram-se brinquedos **com a concordância verbal**. Essa interpretação passiva de (1) (= ‘chaves são feitas’); (2) (= ‘fechaduras são colocadas’ e (3) (= ‘brinquedos são procurados’) gera a sintaxe com concordância verbal, pois ‘chaves’, ‘fechaduras’ e ‘brinquedos’ são interpretados como **sujeitos**. Logo, temos o ‘se’ na função de **partícula apassivadora**.

De acordo com a maioria das gramáticas normativas, Cunha & Cintra, por exemplo, essa é a única sintaxe aceita para os dados de 7 a 9. Os verbos são transitivos diretos e o ‘se’ faz o papel de partícula apassivadora e os sujeitos da ação - ‘chaves’, ‘fechaduras’ e ‘brinquedos’ - posposto ao verbo. Entretanto, acabamos de apresentar no Quadro 1, anteriormente, que essa não é a única sintaxe para esses enunciados. A NGB não considera as implicações sociodiscursivas que ambas as sintaxes provocam!

Nesse contexto, devemos apelar para a função social do gênero textual em questão ou para a intencionalidade discursiva. Há um apelo ao público, ou mesmo uma propaganda, oferta de serviço. O público-alvo é diversificado, de qualquer classe social. Dessa forma, para se aproximar da linguagem informal, pois ambas fazem-se entender, sugiro sem a concordância, pois é a maneira mais usual e dessa forma não há prejuízo de entendimento do texto. Há mais sentido sem a concordância em razão da indeterminação do sujeito, porque, de qualquer forma, o sujeito dos verbos não poderia ser “chaves”, “fechaduras”, “brinquedos” ou “apartamentos”, o real executor da ação não apareceria de forma alguma.

Quadro 3 – Dado 10



Fonte: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=7&arte=58>. Acesso em: 05 nov. 2015

Análise

(10) 'Feira de ciências, lugar ideal para que se deixe... neurocientistas, astrofísicos, sociólogos, linguístas, biólogos, engenheiros, estudantes... venderem seu peixe!'

Esse dado foi extraído da fonte mencionada, mas está presente também no livro didático para alunos de 9º ano do ensino fundamental. No livro do professor há uma correção da frase contida nessa charge, dizendo que o verbo “deixar” deveria vir no plural, já que o sujeito “neurocientistas, astrofísicos, linguístas, biólogos, engenheiros e estudantes” é sujeito composto com núcleos no plural, mas propositalmente o verbo não foi flexionado para o plural para rimar com ‘peixe’ no final do enunciado.

Esse dado revela as duas existências discursivas do ‘se’ apresentadas nas análises anteriores. Os efeitos multimodais entre o verbal no branco-com-branco ou no branco-com-preto-com-branco potencializam as interpretações ora passivas (com concordância), ora impessoal (sem concordância), além de outros efeitos estilísticos, nesse caso, a rima entre “deixe” e “peixe”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar o emprego do pronome *se* na função de partícula apassivadora e de índice de indeterminação de sujeito, bem como o jogo discursivo passivo/impessoal que geram as sintaxes de presença ou ausência da concordância em verbos transitivos diretos nos textos publicitários.

Da análise de dados, temos como resultado ocorrências referentes aos dois estágios da língua portuguesa. Esses estágios são caracterizados pela interpretação sociodiscursiva que os falantes fazem na hora da enunciação de textos como ‘Plastifica-se documentos’, no qual a interpretação impessoal “alguém tem documentos para plastificar”, gera a sintaxe sem concordância verbal, pois o que era sujeito “documentos” passa a ser objeto. Logo, temos o *se* na função de índice de indeterminação de sujeito. Enquanto dados com a concordância ‘Alugam-se apartamentos’ ainda estão atrelados ao primeiro estágio da língua, no qual a interpretação discursiva é passiva. De 10 (dez) dados, 3 (três) estão relacionados ao estágio com a concordância e 7 (sete) estágios sem a concordância. Comprovando o que ocorreu no século XIX: a presença de verbo sem a concordância em textos jornalísticos brasileiros eram de 63%, chegando a 91% no início do século XXI. Em jornais escritos portugueses a presença de verbos sem a concordância chegou a atingir a margem de 68% no início do século XXI. Percebemos que o mesmo fenômeno ocorre também no português europeu, mesmo que tardiamente, pois no português brasileiro iniciou no século XIX (SCHERRE, 2005, p.111).

Notificamos que esse fenômeno já está legitimado na língua pela Norma Gramatical Brasileira e que a tendência é que outros gramáticos sigam Bechara (2009, p. 178) na sua análise sintática do uso do pronome *se* como índice de indeterminação de sujeito com verbos transitivos diretos de interpretação impessoal. Essa legitimação pela Nomenclatura Gramatical Brasileira alerta os revisores de textos atuais a rever suas práticas de revisão quanto ao funcionamento do pronome *se* e seus efeitos discursivos na modalidade escrita da língua.

Por fim, entendemos que o revisor deve ter um olhar atento para as mudanças linguísticas que vão sendo paulatinamente incorporadas à escrita do português. Nas palavras de Scherre (2005, p.10):

Analisar uma língua em sua intimidade é um privilégio. Esmiuçar as entranhas das formas lingüísticas e sentir a sistematicidade que envolve línguas, dialetos e variedades, sem julgamento de valor, é de beleza ímpar e só pode fazer bem aos que têm essa possibilidade. Partilhar esse bem constitui mais do que um dever, é uma responsabilidade social, é uma questão da cidadania.

Portando, cabe ao revisor de textos fazer a mediação nas duas vertentes, gramática tradicional e linguística, aplicando ou uma ou outra visão de acordo com as necessidades das práticas sociodiscursivas escritas do português.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3 Ed. – São Paulo: Publifolha, 2010.
- BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramática, mídia & exclusão social**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 36 ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37^a. Ed. Rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BRITO, Susana Sousa. **Se passivo? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda**. Brasília: Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB, 2007.
- CUNHA, Antonio Geraldo da Cunha (et. al.). **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. **A nova gramática do português contemporâneo**. 3. Ed. Rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.
- GUIMARÃES, Tânia Braga. **Questões de uso e gramática: respondendo aos desafios**. 2007. Disponível em:
http://www.espacoacademico.com.br/079/79res_guimaraes.htm. Acesso em: 28/3/2016.
- HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LIMA, Bruno Fernandes Zenóbio de. **O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- LYONS, John. Tradução: AVERBURG, Marilda Winkler; SOUZA, Clarisse Sieckenius de. **Lingua(gem) e lingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3 Ed. – São Paulo: Parábola Editora, 2008.

MATTOS, Andréa M. de Almeida. **A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda língua**. Belo Horizonte: Rev. Est. Ling., v.9, n.2, pp. 51-71, jul./dez., 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, Editora Universidade de Brasília: 1987.

POSSENTI, Sírio. **Joga-se os grãos**. 2007. Disponível em:
<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2007/06/21/joga-se-os-graos/>
Acesso em: 02/11/2014

REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA: gramática, literatura, retórica, filologia. Ano 7, nº 79. São Paulo: Editora Segmento, maio de 2012.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

VITRAL, Lorenzo. Princípios e parâmetros: pressupostos filosóficos da Gramática Gerativa. In: BRITO, Adriano N., VALE, Oto Araújo (Org.^s). **Filosofia, Linguística, Informática: aspectos da linguagem**. Goiânia: Editora da UFGO, 1998.